

<https://doi.org/10.34632/gestaoedesenvolvimento.2024.16118>

Data de recepção: 05/02/2024

Data de aceitação: 04/03/2024

## **EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL E RACISMO CONTRA ESTUDANTES NEGROS NO BRASIL**

### **EXPERIENCES OF RACIAL DISCRIMINATION AND RACISM AGAINST BLACK STUDENTS IN BRAZIL**

*Eliany Nazaré Oliveira*<sup>1</sup> [orcid.org/0000-0002-6408-7243](https://orcid.org/0000-0002-6408-7243)

*Caio San Rodrigues*<sup>2</sup> [orcid.org/0000-0001-7423-2515](https://orcid.org/0000-0001-7423-2515)

*Ana Beatryz dos Santos Costa*<sup>3</sup> [orcid.org/0000-0002-3816-0099](https://orcid.org/0000-0002-3816-0099)

*Flávia Regino Oliveira*<sup>4</sup> [orcid.org/0000-0001-8225-4757](https://orcid.org/0000-0001-8225-4757)

*João Walyson de Paula Cordeiro*<sup>5</sup> [orcid.org/0000-0003-2251-7177](https://orcid.org/0000-0003-2251-7177)

*Pedro Lucas Alves*<sup>6</sup> [orcid.org/0000-0002-4185-8682](https://orcid.org/0000-0002-4185-8682)

*Marcos Pires Campos*<sup>7</sup> [orcid.org/0000-0002-9656-9140](https://orcid.org/0000-0002-9656-9140)

*Gleisson Ferreira Lima*<sup>8</sup> [orcid.org/0000-0002-5465-2675](https://orcid.org/0000-0002-5465-2675)

*Paulo César de Almeida*<sup>9</sup> [orcid.org/0000-0002-2867-802X](https://orcid.org/0000-0002-2867-802X)

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: [eliany@hotmail.com](mailto:eliany@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: [caiosanrodrigues2000@gmail.com](mailto:caiosanrodrigues2000@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: [anabeatrizmasso@gmail.com](mailto:anabeatrizmasso@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: [flavia.regino@hotmail.com](mailto:flavia.regino@hotmail.com)

<sup>5</sup> Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: [joaowalysondepaula@gmail.com](mailto:joaowalysondepaula@gmail.com)

<sup>6</sup> Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: [plucasalvs@gmail.com](mailto:plucasalvs@gmail.com)

<sup>7</sup> Universidade Federal do Ceará. E-mail: [e14.marcos@gmail.com](mailto:e14.marcos@gmail.com)

<sup>8</sup> Universidade Federal do Ceará. E-mail: [gleisson\\_nega@hotmail.com](mailto:gleisson_nega@hotmail.com)

<sup>9</sup> Universidade Estadual do Ceará. E-mail: [pc2015almeida@gmail.com](mailto:pc2015almeida@gmail.com)

**Resumo:** *A discriminação racial e o racismo ainda são presentes no cotidiano da sociedade, reverberando em vários aspectos na vida da população negra, inclusive no ensino superior, médio e fundamental, onde o preconceito é intenso, e afeta a permanência desse grupo étnico-racial. Diante disso, o objetivo desse artigo analisar as evidências disponíveis na literatura científica sobre experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, a questão norteadora foi embasada pela estratégia PICO, a busca pelos artigos foi realizado nas bases de dados: MEDLINE via PubMed, Web of Science, Scopus e LILACS. Na busca, foi recuperado um quantitativo de 766 publicações, mas depois das análises dos critérios de inclusão e exclusão, e da leitura na íntegra, 12 obras foram incluídas na amostra final. As obras tinham como principais assuntos abordados três temas, sendo eles: Políticas desenvolvidas e implementadas pela a Universidade (41,66%), Impactos da discriminação racial e racismo na vida acadêmica e social (41,66%) e Manifestações de racismo e discriminação e as formas de enfrentamento (16,68%). Assim, o racismo ainda está presente na vida desses estudantes, este fenômeno afeta diretamente o desempenho acadêmico e vida social dos estudantes.*

**Palavras-chave:** Educação, Racismo, Estudantes.

**Abstract:** *Racial discrimination and racism are still present in everyday society, reverberating in various aspects of the lives of the black population, including in higher, secondary and primary education, where prejudice is intense and affects the permanence of this ethnic-racial group. The aim of this article is to analyze the evidence available in the scientific literature on experiences of racial discrimination and racism against black students in Brazil. This is an integrative literature review, the guiding question was based on the PICO strategy, the search for articles was carried out in the following databases: MEDLINE via PubMed, Web of Science, Scopus and LILACS. The search retrieved a total of 766*

*publications, but after analyzing the inclusion and exclusion criteria and reading them in full, 12 works were included in the final sample. The main subjects covered by the works were three themes: Policies developed and implemented by the University (41.66%), Impacts of racial discrimination and racism on academic and social life (41.66%) and Manifestations of racism and discrimination and ways of coping (16.68%). Thus, racism is still present in the lives of these students, this phenomenon directly affects the academic performance and social life of students.*

**Keywords:** Education, Racism, Students.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a carência da política reparatória no processo da abolição da escravidão imposta pela lei Áurea, não houve efetivação da liberdade para a população negra no país, e os então ex-escravizados encontram-se à mercê da sorte. Como desdobramento desse processo, manifestou-se no Brasil o fenômeno do racismo estrutural, cuja nomenclatura, como implicitamente indicado, decorre da estrutura racial na qual ele teve origem, promovendo assimetrias em favor de um grupo social em detrimento de outro. (Almeida, 2019).

Dessa maneira, é importante entendermos as diferenças entre racismo e discriminação racial. O racismo é uma forma de discriminação sistêmica baseada na raça que se manifesta em ações que prejudicam as pessoas, dependendo do grupo racial que elas pertencem. A discriminação racial é o tratamento diferenciado a membros de um grupo racialmente identificado, e é classificada em: direta e indireta. A discriminação direta é um repúdio violento motivado pela razão racial a um coletivo ou ao individual, por exemplo, lojas que se opõem a atender pessoas de determinada raça. A indireta é quando ocorre a discriminação racial de fato a grupos minoritários, mas ela é ignorada, é marcada pela ausência da intenção de discriminar pessoas (Almeida, 2019).

O ensino superior no Brasil caracterizou-se tradicionalmente por ser excludente priorizando os mais ricos, em razão disso, houve diversas alterações ao longo dos anos, através de políticas públicas, que visam a inclusão de camadas sociais que outrora eram esquecidas (Carneiro & Bridi, 2020). Esse processo foi lento, apenas em 1990, os Movimentos Negros, juntos a outros Movimentos Sociais, articularam-se para pressionar o Governo na resolução dos problemas que os atingiam. Dentre as reivindicações, destaca-se a luta pela implementação de políticas públicas afirmativas, visando o acesso de estudantes negros e egressos de escolas públicas ao Ensino Superior (Valério et al., 2021).

Apesar desses avanços, o negro permanece sendo vítima do preconceito, justificado pelo processo histórico no país, com isso faz se necessária também uma mudança nas práticas de formação acadêmica que abarquem efetivamente essas diversidades, evitando assim a evasão desses indivíduos (Alencar, 2021). O racismo estrutural como relação de poder e sustento de privilégios, proferido diariamente em forma de opressão, pré-julgamentos, mensagens de ódio e discriminação é capaz de afetar drasticamente a saúde mental de pessoas negras. Resultando em uma quantidade alarmante de pessoas negras com algum transtorno mental, seja ansiedade, depressão ou transtorno de estresse pós-traumático (Barros et al., 2022).

É inquestionável que a realidade dos estudantes negros se diferencia bastante dos estudantes brancos. A universidade, se mostra como um ambiente branco e, por vezes, hostil para aqueles que não se encaixam no padrão normalizador, também se mostra como um espaço de luta e resistências protagonizadas por estudantes negros. As experiências de preconceito e discriminação vivenciado por eles se manifestam, em sua maioria, de forma velada, através de olhares ou modos de tratamento, seja nos corredores da universidade ou em locais onde ocorrem aulas práticas e estágios (Valrio et al., 2021).

A persistência do racismo, citada anteriormente, afeta diretamente os negros, em diversos aspectos, principalmente no acadêmico, dificultando assim a permanência desses indivíduos no ensino superior. Isso justifica-se pelo fato de que ainda existem poucos estudos que avaliem essa vulnerabilidade de universitários negros (Carvalho et al., 2021).

Diante do exposto, é imperiosa a abordagem desse assunto, como forma de intervenção para atenuar essa problemática, chamando atenção para o tema do racismo, uma vez que o mesmo necessita ser combatido, tornando-se fundamental para o desafio atual da educação antirracista intensificada pela falta de informações. Mesmo com todas as mudanças no contexto atual, o despreparo dos professores para lidarem e identificarem as questões raciais é enorme. Logo, a temática do racismo associado à educação precisa se expandir em âmbito local e nacional, visto que as informações e discussões são importantes para aprofundar o tema e, principalmente, divulgar os recursos que estão sendo utilizados para enfrentar o racismo (Carvalho et al., 2019).

O presente artigo busca não apenas analisar as evidências existentes sobre discriminação racial e racismo contra estudantes negros, mas também incentivar uma reflexão mais profunda sobre as práticas educacionais vigentes e as mudanças necessárias para promover uma educação verdadeiramente antirracista. O enfrentamento dessas questões não é apenas uma responsabilidade das instituições educacionais, mas de toda a sociedade, uma vez que a construção de uma nação mais justa e igualitária começa no ambiente acadêmico, refletindo-se em todos os aspectos da vida em sociedade.

A partir desse panorama, o artigo tem como objetivo analisar as evidências disponíveis na literatura científica sobre experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura estruturada a partir das seguintes etapas: 1) identificação da temática do estudo e elaboração da pergunta norteadora; 2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão e busca de artigos em bases de dados; 3) categorização dos estudos selecionados; 4) análise crítico-reflexiva dos estudos encontrados; 5) interpretação dos resultados e 6) apresentação da síntese final da revisão (Galvão et al., 2015).

A questão norteadora do estudo foi formulada com base na estratégia População, Interesse, Contexto (PICO) (Araújo, 2020). Dessa maneira,

tem-se que: P - População: Estudantes Negros; I - Interesse: Racismo e Discriminação Racial; Co - Contexto: Brasil. A partir disto, elaborou-se a seguinte questão norteadora: “Quais as evidências científicas sobre experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil?”.

O levantamento dos artigos científicos foi realizado nas seguintes bases de dados: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), via PUBMED, Web of Science, Scopus e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Como forma de ampliação dos resultados encontrados, utilizou-se de termos da linguagem convencional e os Descritores em Ciências da Saúde - DeCS e Medical Subject Headings - MeSH mediante o cruzamento: ("Students" OR "Universities" OR "Higher Education" OR "Higher Education Institutions" OR "Higher Education" OR "College") AND ("Discrimination Based on Ancestry" OR "Discrimination Based on Origin" OR "Discrimination Based on Ancestry" OR "Race-Based Discrimination" OR "Racial Discrimination" OR "Overt Racial Discrimination" OR "Indirect Racial Discrimination" OR "Racism" OR "Racialism" OR "Everyday Racism" OR "Covered Racism" OR "Systemic Racism" OR "Occult Racism" OR "Veiled Racism") AND "Brazil".

A inclusão dos artigos ocorreu pelos seguintes critérios: estudos completos disponíveis na íntegra sem qualquer restrição de idioma. Não havendo recorte temporal para uma maior exploração dos artigos encontrados. Empregou-se como critérios de exclusão: monografias, revisões de literatura, artigos duplicados e que não possuíssem relação com a questão norteadora.

O processo de seleção e elegibilidade dos estudos foi seguido conforme as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Salameh et al., 2020). Com base nisto, os títulos e resumos dos artigos foram lidos na íntegra para que assim as publicações que atendessem aos critérios de inclusão pudessem ser identificadas. Subsequentemente, foi efetuada uma análise completa dos estudos selecionados por intermédio de um instrumento semiestruturado que viabilizou a identificação das

informações dos estudos, como título, autores, ano, país, características metodológicas e principais resultados. Ressalta-se ainda que, a busca e seleção dos artigos foi realizada por duas duplas de pesquisadores independentes, onde um terceiro pesquisador se fez presente para verificar possíveis diferenças nos achados.

A Prática Baseada em Evidências foi outro instrumento aplicado para uma melhor categorização quanto ao nível de evidência dos estudos selecionados. Assim, utilizou-se a seguinte classificação: Nível I – evidências provenientes de revisão sistemática ou metanálise de ensaios clínicos aleatorizados controlados ou de diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos aleatorizados controlados; Nível II – evidências oriundas de pelo menos um ensaio clínico aleatorizado controlado bem delineado; Nível III – evidências obtidas de ensaios clínicos sem aleatorização bem delineados; Nível IV – evidências que se originaram de estudos de coorte e de caso-controle bem delineados; Nível V – evidências originárias de revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; Nível VI – evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; Nível VII – evidências oriundas de opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas. Segundo a classificação proposta, os níveis I e II são considerados evidências fortes, II e IV moderadas e de V a VII fracas (Melnyk & Fineout-Overholt, 2015).

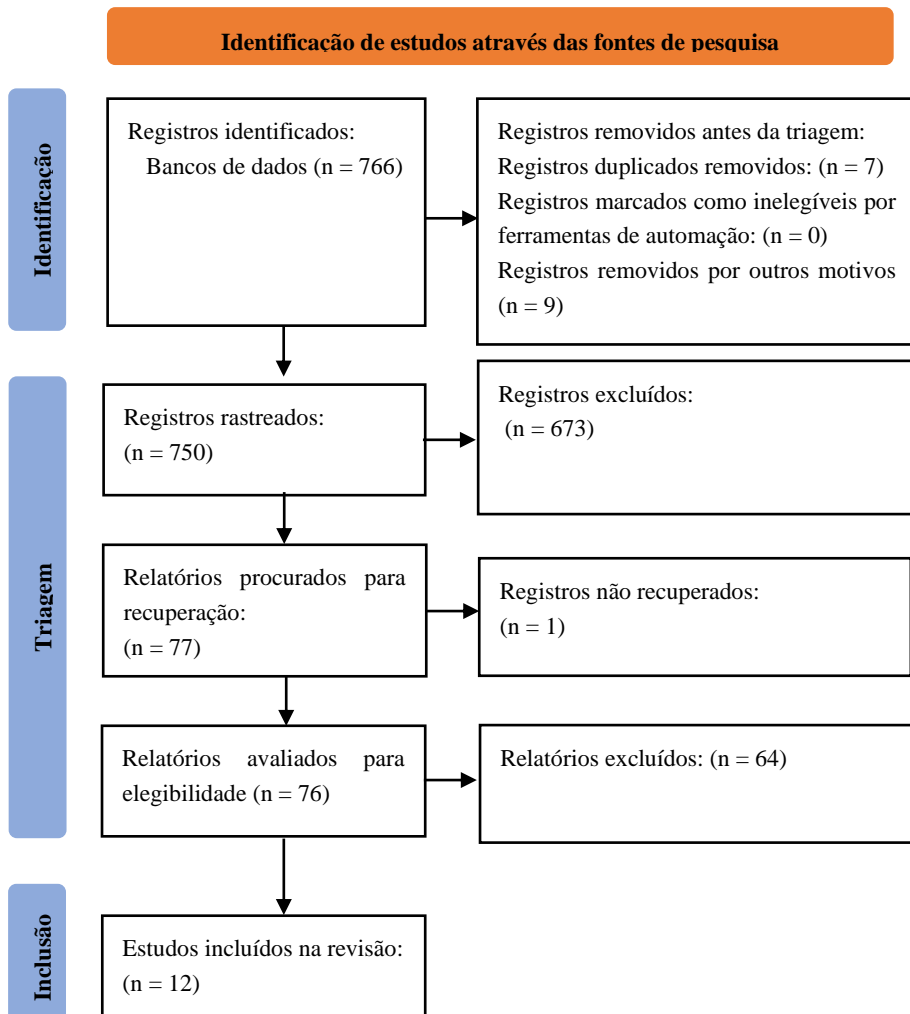
O estudo seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual dispõe sobre o uso de dados disponibilizados para domínio público.

### **3. RESULTADOS**

Na busca, foi recuperado um quantitativo de 766 publicações, das quais 694 foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão e 7 foram excluídas por serem duplicadas, 9 por não estarem disponíveis integralmente e 1 não foi recuperado. Desse modo, foram pré-selecionados 76 artigos para a leitura na íntegra e, após essa etapa, 12 foram incluídos na amostra final desta revisão, conforme apresentado na Figura I.

Figura I

Fluxograma da busca e seleção de artigos de acordo com as recomendações do PRISMA



Fonte: adaptado de PRISMA (Salameh et al. 2020)



As bases de dados utilizadas para a pesquisa foram MEDLINE via PUBMED, Web of Science, Scopus e LILACS via BVS. Tais bases foram escolhidas por serem as principais fontes de dados relacionados à saúde.

De acordo com o Quadro 1 é possível analisar quantas foram as obras encontradas por cada base de dados. Na base de dados MEDLINE 40 estudos foram encontrados, destes, 3 foram selecionados para a leitura na íntegra e apenas 2 entraram para a amostra final. Já na base Web of Science, foram encontrados 623 estudos, 43 selecionados para a leitura na íntegra e resultando em 7 para a amostra final. Na base Scopus, foram encontrados 50 estudos, 13 passaram pela leitura na íntegra e 1 estudo entrou para a amostra final. E por fim, na LILACS, foram encontrados 53 estudos, destes, 17 passaram pela leitura na íntegra e 2 entraram na amostra final.

O Quadro 1 apresenta as bases de dados, estudos selecionados após leitura na íntegra e estudos que compuseram a amostra final.

### **Quadro 1**

Bases de dados, estudos selecionados após leitura na íntegra e estudos que compuseram a amostra final

<b>Bases de dados</b>	<b>Estudos encontrados ao total</b>	<b>Estudos selecionados para leitura na íntegra</b>	<b>Estudos que entraram na amostra final</b>
MEDLINE via PUBMED	40	3	2
Web of Science	623	43	7
Scopus	50	13	1
LILACS via BVS	53	17	2
<b>Total</b>	<b>766</b>	<b>76</b>	<b>12</b>

Os 12 artigos que compuseram a amostra final foram publicados nos anos de 2010 e 2022 nos idiomas inglês e português. Os estudos foram realizados integralmente no Brasil. A respeito das metodologias utilizadas, é possível destacar: transversal descritivo com 76,4%. Com relação ao nível de evidência, 83,33% dos trabalhos foram classificados com nível VI, e 16,67% tiveram nível de VII. O Quadro 2 expõe a caracterização dos estudos da amostra final, a partir do objetivo, país onde o estudo foi realizado, idioma e nível de evidência.

**Quadro 2**  
Descrição dos estudos incluídos na revisão

<b>Identificação</b>	<b>Autores / Ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Idioma/ País</b>	<b>Nível de Evidência</b>
A	Souza et al., 2020	Verificar alterações no perfil racial e social dos ingressantes deste curso (Medicina) nos cinco primeiros anos de implementação da política (Lei nº 12.711/2012), com o corpo discente da Faculdade de Medicina de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro.	Inglês/ Brasil	VI
B	Valério et al., 2021	Compreender os impactos do racismo na participação social de estudantes negras na universidade e as suas formas de enfrentamento, tomando a realidade de uma universidade do estado de Alagoas – Brasil.	Português / Brasil	VI
C	Santana et al., 2019	Investigar em que medida as Instituições de Ensino voltadas à formação inicial dos trabalhadores da saúde respondem às prerrogativas existentes nos marcos normativos da Política Nacional de Saúde Integral da	Português / Brasil	VI

		População Negra (PNSIPN).		
D	Carrijo et al., 2022	Discutir possíveis ações de combate ao racismo como causa raiz das iniquidades em saúde no Brasil e no mundo.	Inglês/ Brasil	VII
E	Fredrich et al., 2022	Desvelar as formas de manifestação do racismo na graduação de Medicina, na perspectiva discente, e compreender como estudantes de Medicina negros enfrentam o racismo.	Português / Brasil	VI
F	Bezerra & Alves, 2022	Compreender a trajetória, a construção da identidade e as demandas de jovens imigrantes africanos estudantes universitários.	Português / Brasil	VI
G	Cabral et al., 2022	Analisar os projetos pedagógicos dos cursos (PPC) de graduação em Medicina, do Nordeste brasileiro, e suas interfaces com conteúdos que contribuam para a formação médica no enfrentamento das iniquidades da saúde da população negra.	Português / Brasil	VI
H	Nunes, 2014	Analisar as falas de estudantes universitários sobre o racismo no Brasil.	Português / Brasil	VI
I	Bastos et al., 2010	Compreender experiências de discriminação vividas por jovens universitários e analisar sua aplicação à construção de escala brasileira de discriminação.	Português / Brasil	VI

J	Oliveira Filho et al., 2010	Evidenciar o conflito e as tensões entre racismo e anti racismo no mundo subjetivo desses estudantes e refletir sobre as consequências sociais dos argumentos mobilizados em seus discursos.	Português / Brasil	VI
K	Guimarães et al., 2020	Analisar estratégias, organização, perfis e discursos em coletivos atuantes em três universidades para propor hipóteses interpretativas sobre a formação de novas identidades negras no Brasil.	Português / Brasil	VII
L	Silva et al., 2018	Interpretar as ações afirmativas tendo como referência a violência estrutural, que vem acompanhada de discursos legitimadores que tendem a fazer com que a discriminação pareça natural e inquestionável.	Inglês/ Brasil	VII

A Figura II expõe a respeito da problemática investigada, nota-se que 41,66% dos estudos buscaram analisar o desenvolvimento e implementação de políticas para o acesso e permanência da população negra nas universidades públicas (D, F, H, I e L). Além disso, salienta-se que o mesmo percentual de estudos, 41,66%, averiguaram as manifestações do racismo e da discriminação racial e como os estudantes negros enfrentaram essas situações (B, E, G, J e K). Destarte, 16,68% investigaram como as experiências discriminatórias geraram impactos na vida acadêmica e social de estudantes universitários negros (A e C).

**Figura II**  
Percentual das principais temáticas abordadas nos artigos



O Quadro 3 apresenta a abrangência de análise das universidades no que se refere aos casos de discriminação racial.

**Quadro 3**  
Abrangência das instituições estudadas e principais resultados

Identificação	Autores	Abrangência da(s) Instituição (ções) de Pesquisa	Principais Resultados
A	Souza et al., 2020	Local	- O sistema de cotas de acesso à universidade fundamentado na subordinação da categoria raça/cor à classe social se demonstrou falho em incluir não brancos no curso de Medicina analisado.
B	Valério et al., 2021	Local	- Desafios para “acompanhar” os demais alunos; - Os recursos para as políticas de permanência estudantil são insuficientes; - Falta de transparência e organização das políticas existentes, em especial a denominada bolsa permanência; - As experiências de preconceito e discriminação vivenciadas por elas se manifestam, em sua maioria, de forma velada,

			através de olhares ou modos de tratamento.
C	Santana et al., 2019	Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em relação à auto identificação racial, observa-se que 75% (nove) se autodeclararam de cor branca, 17% (dois) não responderam e 8% (um) se autodeclarou de cor parda;</li> <li>- A despeito do relevante marco normativo produzido nos últimos 15 anos sobre a saúde integral da população negra, a temática ainda encontra um conjunto de dificuldades de consolidação no currículo dos cursos de formação dos profissionais de saúde.</li> <li>- Frequente referência à obrigatoriedade “imposta” pelo Ministério da Educação, ao invés do reconhecimento da importância, como justificativa para a inserção do tema no currículo prescrito dos cursos.</li> </ul>
D	Carrizo et al., 2022	Nacional e Internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para promover um ambiente educacional, necessita-se de um processo de ensino-aprendizagem pautado na integralidade do cuidado e na equidade racial, é preciso reconhecer o racismo como fator que atravessa a construção de subjetividade de toda a população brasileira;</li> <li>- Para sistematizar o ensino de relações étnico-raciais no currículo médico, uma matriz de competência deve ser proposta;</li> <li>- O racismo segue presente na graduação, sendo reproduzido na forma de ensinar cuidado em saúde e também na forma de (não) acolher jovens negros estudantes.</li> </ul>
E	Fredrich et al., 2022	Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em relação aos sentimentos negativos despertados, os/as estudantes relataram dor, autocobrança, impotência, inferioridade, insegurança, sensação de não pertença, nervosismo, pessimismo, raiva, revolta, baixa autoestima, solidão, angústia, tristeza, vergonha, preocupação com o futuro profissional, medo e fenômeno do impostor;</li> <li>- Sobre a existência de algum estereótipo de estudante de Medicina, a este foi atribuída a brancura, poder aquisitivo elevado e propensão natural ao exercício da profissão;</li> <li>- Dentre as formas de racismo ‘velado’ relatadas pelos/as estudantes, houve confundimento com outros funcionários - não</li> </ul>

			<p>sendo reconhecidos/as como estudantes de Medicina, descrédito em suas habilidades, piadas de cunho racista, demonstração de surpresa ao revelarem que são da Medicina, tratamento como ‘exóticos/as’, recebimento de olhares de estranhamento e exclusão social;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As reações ao racismo vivenciado pelos/as estudantes negros/as de Medicina envolveram estratégias individuais e coletivas. Dentre as individuais, podemos citar: alterar a aparência com o objetivo de embranquecimento, empenhar-se mais nos estudos, ignorar as situações de racismo, evidenciar as conquistas pessoais aos colegas e buscar apoio psicológico.</li> </ul>
F	Bezerra & Alves, 2022	Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As universidades que acolhem esses jovens precisam incorporar estratégias eficazes para a recepção e adaptação de alunos imigrantes, com base na compreensão de que as demandas em decorrência da falta de apoio institucional podem impactar o cotidiano, a saúde e o aproveitamento acadêmico dos estudantes imigrantes;</li> <li>- Como consequência do eurocentrismo e do epistemicídio provocado pelo sistema mundo-moderno, a presença de estudantes africanos evidenciar o desconhecimento da África por parte dos brasileiros.</li> </ul>
G	Cabral et al., 2022	Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para o fomento de uma educação médica antirracista, urge a necessidade de uma formação pautada na práxis dialógica, humanista, crítico-reflexiva e ética em saúde;</li> <li>- Estudiosos de uma epidemiologia social crítica, pesquisadores do grupo de trabalho Racismo e Saúde e teóricos militantes de movimentos negros sugerem que é preciso promover debates raciais em saúde mais consistentes, que privilegiem a afirmação do lugar da negritude como protagonista na construção de saberes.</li> </ul>
H	Nunes, 2014	Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A análise das entrevistas mostrou que o posicionamento não racista foi raro. As categorias elaboradas foram sobre: a sutileza</li> </ul>

			<p>do racismo; as brincadeiras racistas; a culpabilização da vítima; as cotas raciais; e, finalmente, a falsa neutralidade na abordagem do tema;</p> <p>- A análise total de cada entrevista nos mostrou que algumas falas não racistas poderiam ser classificadas como um “discurso politicamente correto” e, foram, então, apresentadas na categoria referente à “pseudoneutralidade”, que confrontou tentativas de parecer neutro em relação ao racismo e falas dos mesmos entrevistados que denunciavam essa tentativa como falsa. Outras falas que poderiam ser classificadas como não racistas eram no sentido de denunciar o racismo notado nos outros e foram analisadas na categoria referente a percepção do racismo.</p>
I	Bastos et al., 2010	Local	<p>- O preconceito foi interpretado como algo pertencente ao campo das ideias e possivelmente equivocado, podendo ser tanto positivo quanto negativo;</p> <p>- A discriminação foi atribuída ao plano dos comportamentos observáveis e com conotação invariavelmente negativa;</p> <p>- A interpretação de um evento como discriminatório foi influenciada por fatores subjetivos, tais como os interesses particulares e o grau de afetividade estabelecido entre os indivíduos;</p> <p>- Os limites entre o que foi interpretado como discriminatório ou não dependeu fortemente do contexto específico em que ocorreu a interação entre os sujeitos;</p> <p>- Diferentes cenários e, eventualmente, mais do que uma motivação, foram simultaneamente apontados nas experiências discriminatórias.</p> <p>- Os participantes se reconheceram tanto como vítimas quanto perpetradores de discriminação.</p>
J	Oliveira Filho et al., 2010	Local	<p>- Destaca-se a completa ausência de definições essencialistas do termo raça, num sentido pleno, explícito. Ou seja, não foram encontrados discursos que o definem como um termo que nomeia grupos cujos membros</p>



			<p>compartilham entre si características morais, culturais e psicológicas determinadas biologicamente. Apresentaram-se, no entanto, definições em que o termo raça tem um significado biológico inequívoco, acompanhado, em pelo menos um caso, de termos que lembram o racialismo;</p> <p>- Em determinado momento da entrevista, solicitávamos aos sujeitos que atribuísem significado aos seguintes termos quando aplicados a indivíduos no Brasil: branco, negro, pardo, mulato e moreno. Não foram observados discursos nos quais esses nomes apareçam como categorias usadas para nomear grupos sociais diferenciados em termos psicológicos ou morais em decorrência de características genéticas, ou seja, não foram encontrados discursos nos quais esses termos apareçam como nomes usados para nomear grupos caracterizados por uma essência racial.</p>
K	Guimarães et al., 2020	Nacional	<p>- Ao que tudo indica, estudantes cotistas não negros não se organizam politicamente nas universidades em coletivos independentes ou algo que lhes remeta a determinada origem social. Talvez busquem evitar a marcação das cotas em sua trajetória acadêmica, o que sugere que o marcador racial tornou-se atributo relevante no processo de diferenciação social no ensino de terceiro grau.</p>
L	Silva et al., 2018	Nacional	<p>- A Universidade de São Paulo é uma das principais universidades da América Latina. Em 2013, a desigualdade racial entre os calouros mostrou-se angustiante. Aproximadamente 80% desses alunos eram brancos, enquanto 13% eram negros;</p> <p>- Dentro dos cursos menos concorridos da Universidade de São Paulo, o percentual de calouros negros era relativamente maior do que nos 10 melhores cursos.</p>

Desse modo, é possível observar que a maioria das pesquisas foram realizadas em universidades a nível local (A, B, C, F, H, I e J), enquanto

outras propuseram uma abordagem estadual (E) e regional (G). Para o nível nacional (K e L), como também o internacional (D), os trabalhos refletem sobre políticas públicas de acesso às universidades como forma de combater o racismo estrutural.

No que se refere aos principais resultados, denota-se que o curso de Medicina, por possuir um perfil elitista, se acentuou como um dos principais ambientes de estudo e com grande prevalência de situações discriminatórias quanto à raça (A, E, G). As atuais políticas públicas de ingresso à universidade pela população negra apresentaram pequenos avanços, mas, como evidenciado pelos demais estudos, o racismo estrutural referente ao pertencimento e condições financeiras para dar continuidade à educação superior foram importantes obstáculos encontrados (A, B, C, D, K). Outra manifestação de discriminação que se sobressaiu, foi o racismo velado, onde em muitas ocasiões os estudantes negros são discriminados por meio de expressões, omissão das universidades ou brincadeiras pejorativas (B, D, E, H).

#### **4. DISCUSSÃO**

É notório que a discriminação racial e o racismo, adentram a realidade universitária de diversas formas e em diferentes contextos (Richer, 2020). Contudo, é perceptível de modo abrangente nos resultados que, dentre os estudos realizados no ambiente universitário, o curso de Medicina se destacou sendo um dos principais ambientes estudados (Cabral et al., 2022). O acesso às universidades no Brasil vem de uma questão histórica de desigualdades e racismo, por conta do período pós-colonial, e isso se torna ainda mais evidente em cursos como o da Medicina, caracterizado pelo perfil discente elitista e de maior prestígio socioeconômico, na qual é majoritariamente frequentado por brancos. Dessa maneira, a análise do ingresso de estudantes negros nesse tipo de curso se apresentou como termômetro social para averiguar a efetividade das políticas de acesso e permanência de universitários negros no ensino superior (Araújo et al., 2023).

A Universidade de São Paulo (USP) é uma das principais universidades da América Latina. Em 2013, a desigualdade racial entre os calouros era considerável. Aproximadamente 80% desses alunos eram brancos, os estudantes negros ocupavam apenas 13% e estavam inseridos nos cursos menos concorridos da instituição, o percentual de

calouros negros era relativamente maior do que nos dez melhores cursos. Em contrapartida, em 2018, em um estudo realizado no curso de Medicina da UNICAMP, também em São Paulo, em relação à etnia, 77,5% eram brancos. No aspecto da etnia, houve diferença estatística significativa, no primeiro ano predominando 22,6% de pardos e 6,6% de negros, ao passo que o terceiro ano varia por ter 15,5% de amarelos, e no sexto ano há predominância de 90,3% de brancos ( $p < 0,001$ ). Esta maior porcentagem de alunos pardos e negros no primeiro ano em comparação ao terceiro e sexto, associa-se ao impacto das políticas de inclusão (Silva et al., 2018).

Dessa forma, alguns autores (A, B, C, D, K), ao analisarem o sistema de cotas proposto pela Lei de Ação Afirmativa (Lei nº 1.711/2012), concluíram que essa política pública possui diversas lacunas em sua implementação. Assim, é necessário que as universidades identifiquem os perfis socioeconômico e raciais de seus estudantes, visando revelar novas dimensões na avaliação dos resultados de projetos pedagógicos e curriculares, em um processo de constante reavaliação e adequação (Valério et al., 2021; Souza et al., 2020).

Ademais, nota-se que várias são as dificuldades encontradas pelos alunos negros ao permanecerem na universidade, que pode ser tanto pela questão de sofrer discriminação racial como também pela questão da dificuldade financeira (Valério et al., 2021). Dados de um outro estudo (Souza et al., 2020) sobre a raça e a renda desses estudantes indicam que entre os 10% mais pobres do país, 70% são negros. Além disso, o estudo mostra que a maioria dos alunos negros que ingressam na universidade vem de escolas públicas, o que evidencia as dificuldades desses estudantes em entrar e se manter no ensino superior (Souza et al., 2020).

A dificuldade de permanência no ambiente universitário é outro revés evidenciado, tendo em vista que muitos estudantes são provenientes de regiões mais distantes da instituição e, concomitante a isso, as dificuldades financeiras de manutenção da estadia em outra cidade emergem como mais um obstáculo encontrado. Somado a isso, a falta de ações afirmativas e de representatividade, seja em movimentos sociais, grupos de estudo e pesquisa ou corpo docente, também se demonstrou como pontos negativos da educação superior (Alves & Casali, 2021; Borret et al., 2020).

A existência de projetos pedagógicos dos cursos de Medicina das universidades federais da região nordeste e a relação com a construção de uma educação médica antirracista foi outro quesito analisado (Cabral et al., 2022). Embora a população nordestina seja majoritariamente negra, ainda existe considerável negligência em relação a iniquidades da saúde. Um estudo explorou um total de 23 projetos pedagógicos dentre as 13 universidades participantes da pesquisa e foi observada a presença de disciplinas, sejam elas obrigatórias ou optativas, associadas a contextos históricos, cultural étnico-racial e a relação com o processo saúde-doença. No entanto, o estudo também ressaltou que há uma escassez nas propostas de internato e programa de extensão, voltadas principalmente para a saúde da população negra.

Isso vai ao encontro dos outros estudos selecionados, os quais indicam que estudantes cotistas não negros não se organizam politicamente nas universidades em coletivos independentes ou algo que lhes remeta a determinada origem social. Talvez busquem evitar a marcação das cotas em sua trajetória acadêmica, o que sugere que o marcador racial se tornou atributo relevante no processo de diferenciação social no ensino de terceiro grau. Ou seja, as cotas existem, funcionam, porém, servem de cisão social, o que pode acarretar discriminação e sofrimento mental (Guimarães et al., 2020).

Na mesma linha de pensamento, destaca-se também o impacto do sistema nacional de classificação racial. Afirmar que a cor da pele coloca o estudante em contextos educacionais desiguais vai contra a promoção de um ambiente educacional que se estabelece por meio de um processo de ensino-aprendizagem baseado na equidade racial (Carrijo et al., 2022). Partindo do preceito das discussões para o combate do racismo como causa raiz das desigualdades no Brasil, o racismo estrutural dentro do âmbito universitário é um problema que abrange o âmbito interpessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais distintos para os estudantes negros. Ademais, o autor afirma que as desigualdades sociais, de maneira distinta das diferenças sociais, têm por base um juízo de superioridade e inferioridade entre grupos, camadas ou classes sociais (Borret et al., 2020; Carrijo et al., 2022).

À vista disso, os autores também propõem estratégias de enfrentamento ao racismo, tendo como fator primordial o

reconhecimento da existência dessa prática para que assim se torne possível combatê-la. O apoio às vítimas é outro aspecto apontado, considerando propor um ambiente acolhedor que propicie segurança para a realização de denúncias por parte das vítimas. Embora a lei favoreça o acesso às instituições de ensino, isso não significa que o debate sobre as cotas se encerrou. A garantia jurídica ao acesso é apenas o primeiro passo, sendo necessário um conjunto de ações afirmativas adicionais que favoreçam a permanência desses alunos em condições dignas (Modesto et al., 2017). Tais ações possibilitariam que os discentes negros se sentissem assegurados pelas instituições que fazem parte, tornando a Lei 1.711/2012 mais efetiva, não só no ingresso, mas, na permanência e continuidade no ambiente acadêmico.

Outrossim, os achados na literatura científica evidenciaram as inúmeras manifestações e enfretamento do racismo e discriminação racial. Essa problemática se faz presente no cenário acadêmico sendo internalizado nos indivíduos, com os estereótipos atribuídos às pessoas negras, ocasionando tratamentos distintos se comparados a uma pessoa branca nas mesmas condições. Como consequência, os estudantes estão expostos a diversos sentimentos prejudiciais à saúde mental como excesso de autocobrança, impotência, inferioridade, entre outros (Fredrich et al., 2022). Outros trabalhos também evidenciam que se trata de uma experiência dolorosa, fonte de tristeza e sofrimento, que muitas vezes as levam ao isolamento social, a fim de evitar os agressores e a repetição da violência, influenciando negativamente a saúde mental das vítimas (Santos & Dias, 2022).

Dessa maneira, percebe-se a dificuldade de atenuação da problemática uma vez que, como já citado anteriormente, muitos indivíduos não reconhecem suas atitudes racistas. O ambiente universitário pode ser bastante hostil e racista, isso se dá por conta de toda a questão histórica da escravidão no Brasil e no mundo. Assim, os alunos negros rotineiramente se encontram em local de vulnerabilidade, sendo sujeitos a piadas, apelidos, agressões psicológicas e até mesmo física, mas como historicamente existe uma dificuldade de enxergar e identificar esse racismo, e acaba sendo encoberto pelas próprias vítimas, fazendo com que essa prática dificilmente seja combatida (Valério et al., 2021).

Outrossim, é importante reiterar a falta de entendimento sobre questões raciais pelos profissionais, sendo esses muitas vezes os precursores de falas racistas, principalmente em sala de aula. Posto isso, o estudo também aborda estratégias de proteção e apoio, como a criação de espaços coletivos de acolhimento, resgate e valorização da cultura negra. Essas práticas se justificam pois há recusa ao racismo, que contribui para a sua naturalização (Gomes, 2021). Sendo assim, os profissionais que desejem sair do lugar do imobilismo frente à questão racial, deverão, portanto, partir para a ação concreta, construindo práticas pedagógicas, acadêmicas e epistemológicas emancipatórias e antirracistas.

A prática da discriminação e racismo velado e naturalização de sua prática foram outros fatores discutido pelos autores (Nunes, 2014; Valério et al., 2021). Logo, evidenciou-se que embora se compreenda que no Brasil existe racismo, um quantitativo reduzido de pessoas admitem ser racistas, atitude que impossibilita a abertura de espaços para um diálogo sobre a temática e promover mudança de pensamentos. Por ser naturalizado, o preconceito seria difícil de conter, o que talvez não aconteceria com a discriminação. Ao mostrarem esta possível relação de avanço e de causa e efeito do preconceito para a discriminação, os indivíduos demonstraram preocupação para que esta relação de causalidade não fosse demonstrada na presença de outras pessoas (Bastos et al., 2010). Ademais, o racismo no Brasil é velado e presente simultaneamente, tal fato pode ser comprovado pela ambiguidade do posicionamento dos participantes das pesquisas (Nunes, 2014).

A utilização e compreensão de alguns termos em específico foi contemplada por determinados artigos como forma de estabelecer relação com a prática de discriminação racial e racismo (Borret et al., 2020). A concepção de preconceito foi como um entendimento geral ou superficial, precocemente estabelecido, que pode estar equivocado. Este foi pautado por noções de normas, atuações e regras sociais, que levariam a conclusões inevitáveis quanto à fisionomia ou hábitos de alguém, em um primeiro momento. Os tipos de preconceito mencionados foram apresentados como percepções compartilhadas socialmente ou em seus grupos específicos, os pensamentos considerados preconceituosos foram naturalizados, e o preconceito foi compreendido como sócio-historicamente construído (Bastos et al., 2010).

Em relação aos termos raça, racionalismo e antirracionalismo, para alguns, a conexão com posições racistas ocorre apenas com o termo "raça". Por isso, é essencial ter cautela ao associá-lo apenas à cor e aos traços físicos das pessoas, evitando assim a atribuição de uma essência racial. Sendo um fato considerado negativo, visto que não realizam a comparação entre a raça/cor e posição social, tema que se tornou bastante evitado pela sociedade brasileira, entendendo-se desta maneira que negros, brancos e mestiços vivem em espaços homogêneos e pacíficos (Santos & Dias, 2022).

Um dos artigos selecionados retratava a questão da discriminação racial contra imigrantes africanos que estudavam no Brasil (Alves & Casali, 2021). Desse modo, os autores salientam sobre a invisibilidade dos africanos no Brasil, ampliando assim o racismo por parte dos brasileiros. A solidão racial vivenciada na universidade é outro ponto considerado em razão da falta de identificação com a cultura brasileira. Destarte, evidencia-se no estudo o despreparo da universidade na recepção dos estudantes imigrantes, dificultando o acesso e a permanência desses indivíduos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O racismo no Brasil é de origem histórica, o qual adveio desde as raízes da humanidade, intensificando-se na época da escravidão e perpetuando-se até hoje na sociedade. Nessa perspectiva, tal desigualdade racial, causa um impacto negativo em vários âmbitos da sociedade moderna, um exemplo disso é a entrada de alunos negros nas universidades e os inúmeros desafios enfrentados por esse público. O aumento de negros integrando as universidades brasileiras é uma realidade vigente no Brasil, entretanto ainda é notório as questões e dificuldades relacionadas a essa temática.

Diante do exposto, objetivou-se analisar as evidências disponíveis na literatura científica sobre experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil. Assim, foram encontradas 766 produções nas bases de dados científicas, mas somente 12 foram utilizadas neste estudo depois de passarem pelos critérios de inclusão e exclusão.

De maneira geral, as obras tinham como principais assuntos abordados três temas, sendo eles: Políticas desenvolvidas e implementadas pela universidade (41,66%), Impactos da discriminação racial e racismo na vida acadêmica e social (41,66%) e Manifestações de racismo e discriminação e as formas de enfrentamento (16,68%).

As obras buscam mostrar os casos de racismo através dos relatos dos estudantes que sofrem essa discriminação racial e como esses alunos lidam com isso. Além disso, buscou evidenciar que o racismo se perpetua na vida desses estudantes e afeta diretamente no desempenho acadêmico e na vida social deles.

Assim, foi possível perceber a limitação dos estudos sobre essa temática. Dessa forma, compreende-se que é necessário ampliar essa abordagem para que a população possa entender como é a realidade dos universitários negros no contexto atual enfrentando as dificuldades já citadas anteriormente, com o fito na conscientização para a atenuação da problemática, buscando o aumento do número de acadêmicos negros.

## **REFERÊNCIAS**

- Alencar, A. E. V. (2021). Re-existências: notas de uma antropóloga negra em meio a concursos públicos para o cargo de magistério superior. *Revista de Antropologia*, 64(3), e18964.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Alves, V. K., & Casali, C. (2021). Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(37), 28-45.
- Araújo, E. P., Azevedo, B. B., Costa Filho, F. C. M., & Machado, E. G. (2023). O acesso do negro à graduação em medicina como ferramenta antirracista: uma revisão bibliográfica. *Educere et Educare (Online)*, 18(45), 465-481.
- Araújo, W. C. O. (2020). Recuperação da informação em saúde: construção, modelos e estratégias. *ConCi: Convergências em Ciência da Informação*, 3(2), 100-134.
- Barros, S., Santos, J. C., Candido, B. P., Batista, L. E., & Gonçalves, M. M. (2022). Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. *Interface (Botucatu)*, 26, e210525.



- Bastos, J. L., Gonçalves, H., Faerstein, E., & Barros, A. J. D. (2010). Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro. *Revista Saúde Pública*, 44(1), 28-38.
- Bezerra, J. B., & Alves, H. C. (2022). Na EKO na EBA - o vai e vem da imigração: cotidiano, identidade e demandas de imigrantes africanos estudantes universitários. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30(spe), e3073.
- Borret, R. H., Araujo, D. H. S., Belford, P. S., Oliveira, D. O. P. S., Vieira, R. C., & Teixeira, D. S. (2020). Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44, e148.
- Cabral, M. P. G., Batista, M. H., Gomes, N. A., Fontenele, A. C. T., & Rocha, R. C. (2022). Educação médica, raça e saúde: o que falta para a construção de um projeto pedagógico antirracista?. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 46(4).
- Carneiro, L. A. V., & Bridi, F. R. S. (2020). Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (Online)*, 15(1), 146-158.
- Carrijo, A. P. B., Moura, A. L. D. B., Oliveira, A. C. P. E., Rodrigues, L. V., Oliveira, J., Castro, T. F., Torres, O. M., Poças, K. C., & Deusdará, R. (2022). Teaching of the Black Population's Health: Anti-Racist Lenses for a Paradigm Shift to Address Racial Inequities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(24), 16784.
- Carvalho, D. M. S., França, D. X., Costa I. L. O. F., Reis, A. P. O., Lima, S. B. A., & Ferreira, I. P. (2019). Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. *Revista Educação e Formação*, 4(3), 148-168.
- Carvalho, R. F., Sampaio, S. S., Sena, Y. S., Costa, I. L. O. F., Reis, A. P. O., Lima, S. B. A., & Ferreira, I. P. (2021). Race and Mental Health in Higher Education: A systematic review. *Research, Society and Development*, 10(9), e47710918369.
- Fredrich, V. C. R., Santos, H. L. P. C., Rocha, T. P., & Sanches, L. C. (2022). Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 26, e210677.

- Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342.
- Gomes, L. N. (2021). O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Revista Filosofia Aurora*, 33(59), 435-454.
- Guimarães, A. S., Rios, F., & Sotero, E. (2020). Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(2), 309-327.
- Melnyk, B. M., & Fineout-Overholt, E. (2015). *Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice*. Wolters Kluwer Health.
- Modesto, J. G., Minelli, A. C., Fernandes, M. P., Rodrigues M., Bufolo, R. Bitencourt, R., & Pilati, R. (2017). Racismo e Políticas Afirmativas: Evidências do Modelo da Discriminação Justificada. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-8.
- Nunes, S. S. (2014). Racismo contra negros: sutileza e persistência. *Revista Psicologia Política*, 14(29), 101-121.
- Oliveira Filho, P., Santos, I. O., & Soares, M. B. (2010). Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 25-40.
- Richer, R. (2020). *A UNE e a questão racial* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Campinas (UNICAMP).
- Salameh, J. P., Bossuyt, P. M., McGrath, T. A., Thombs, B. D., Hyde, C. J., Macaskill, P., Leeftang, M., Korevaar, D. A., Whiting, P., Takwoingi, Y., Reitsma, J. B., Cohen, J. F., Frank, R. A., Hunt, H. A., Hooft, L., Rutjes, A. W. S., Willis, B. H., Gatsonis, C., Levis, B., Moher, D., & McInnes, M. D. F. (2020). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis of diagnostic test accuracy studies (PRISMA-DTA): explanation, elaboration, and checklist. *The BMJ*, 370, m2632.
- Santana, R. A. R., Akerman, M., Faustino, D. M., Spiassi, A. L., & Guerreiro, I. C. Z. (2019). A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e170039.
- Santos, V. C., & Dias, A. B. (2022). Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 42, e235483.

- Silva, M. L. A. M., Amaral, E., Machado, H. C., Passeri, S. M. R. R., & Bragança, J. F. (2018). Influência de Políticas de Ação Afirmativa no Perfil Sociodemográfico de Estudantes de Medicina de Universidade Brasileira. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 42(3), 36-48.
- Souza, P. G. A., Pôrto, A. C. C. A., Souza, A., Silva Júnior, A. G., & Borges, F. T. (2020). Socio-Economic and Racial profile of Medical Students from a Public University in Rio de Janeiro, Brazil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44(3), e090.
- Valério, A. C. O., Bezerra, W. C., Santos, V. S., Leite Junior, J. D., Farias, M. N., & Santos, S. M. B. (2021). Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e3007.

Creative Commons Attribution License | This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC BY). The use, distribution or reproduction in other forums is permitted, provided the original author(s) and the copyright owner(s) are credited and that the original publication in this journal is cited, in accordance with accepted academic practice. No use, distribution or reproduction is permitted which does not comply with these terms.